



**ESTADO DE SERGIPE**  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

**CONTRATO N° 087/2022**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N° 254/2022**  
**PROCESSO N° 10043/2022**

**QUALIFICAÇÃO DA CONTRATANTE**

<b>RAZÃO SOCIAL:</b>	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE
<b>ENDEREÇO:</b>	AVENIDA AUGUSTO FRANCO, N° 3.150, BAIRRO PONTO NOVO, CENTRO ADMINISTRATIVO DE SAÚDE, CEP 49047-040, ARACAJU/SE.
<b>CNPJ N°</b>	04.384.829/0001-96
<b>REPRESENTANTE LEGAL:</b>	SECRETÁRIA DE ESTADO DA SAÚDE - MÉRCIA SIMONE FEITOSA DE SOUZA
<b>CART. IDENT:</b>	779.069 SSP/SE
<b>CPF:</b>	534.404.555-72
<b>PROFISSÃO:</b>	ENFERMEIRA
<b>ESTADO CIVIL:</b>	CASADA

**QUALIFICAÇÃO DA CONTRATADA**

<b>RAZÃO SOCIAL:</b>	LOCUSMED COMERCIO, SERVICOS E REPRESENTACOES EIRELI
<b>ENDEREÇO:</b>	AV DOUTOR JOSE MACHADO DE SOUZA, N° 220 - COMPLEMENTO SALA 1406 COND GENTIL BARBOSA NEO O - BAIRRO: JARDINS - ARACAJU/SE - CEP: 49.025-740.
<b>E-MAIL:</b>	LOCUS@LOCUSMED.COM.BR
<b>TELEFONE:</b>	(79) 3044-7890
<b>CNPJ:</b>	29.979.727/0001-44
<b>REPRESENTANTE LEGAL:</b>	THAISA DE ANDRADE NUNES
<b>CPF:</b>	058.601.665-16
<b>RG:</b>	32495153 SSP/SE

O presente contrato está de acordo com a Lei n° 8.666/93 e sua legislação suplementar, regendo-se pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (art. 55, inciso I, da Lei n° 8.666/93) .**



**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

1.1 O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecer serviços específicos, necessários na execução de cirurgias neuropediátricas e/ou oncológicas no Hospital de Urgências Governador João Alves Filho - HUSE, conforme especificações detalhadas constantes nos Anexos do Edital do Pregão 254/2022.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS (art. 55, inciso II, da Lei nº 8.666/93).**

2.1 Os serviços serão prestados conforme o estabelecido no Termo de Referência, seus anexos e o disposto na cláusula quinta deste instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 55, inciso III, da Lei nº 8.666/93).**

3.1 O valor anual estimado do contrato é de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais). A contratante somente pagará à contratada pela efetiva execução dos serviços, após liquidação da obrigação.

ITEM	DESCRIÇÃO	UC	QUANTIDADE ESTIMADA ANUAL	VALOR UNITÁRIO DO SERVIÇO (R\$)	VALOR TOTAL DO SERVIÇO (R\$)
01	SERVIÇO DE NEUROENDOSCOPIA INFANTIL (COM TORRE DE VÍDEO E SET DE PINÇAS ADEQUADAS)	UNIDADE	25	12.000,00	300.000,00
02	SERVIÇO DE	UNIDADE	25	12.000,00	300.000,00



**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

	MONITORIZAÇÃO NEUROFISIOLÓGICA INTRAOPERATÓRIA				
--	--	--	--	--	--

O pagamento será realizado pela Contratante para a Contratada mediante apresentação da NF e após o atesto do setor demandante, conforme a seguir:

A Nota Fiscal correspondente deverá ser emitida pela CONTRATADA, a partir da prestação do serviço do período equivalente;

A Nota Fiscal correspondente deverá ser apresentada pela empresa a ser CONTRATADA, no protocolo da SES ou remotamente via protocolo externo no sistema e-Doc (<https://www.edocsergipe.se.gov.br/protocolo-externo/>), até o 5º (quinto) dia útil do período subsequente ao da prestação dos serviços e certidões que comprovem a regularidade com as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, relativas ao objeto contratado e serão pagas no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento;

Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, perante o FGTS - CRF e ICMS da Fazenda Estadual do domicílio da empresa a ser contratada.

Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

A SES não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela contratada que porventura não tenha sido acordada no contrato.

A contratante reterá 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal, do recibo ou da fatura para posterior recolhimento à Previdência Social, caso a contratação se configure como cessão de mão de obra ou empreitada, conforme artigos 112 a 117 da Instrução Normativa RFB no. 971, de 13 de novembro de 2009.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

---

Cabe ao Estado de Sergipe promover a retenção do ISSQN nos casos previstos na legislação do município competente para arrecadação do tributo.

Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante o FGTS - CRF, Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal (abrangendo os débitos relativos a tributos federais, à dívida ativa da União, e as contribuições previdenciárias e de terceiros), Estadual e Municipal do domicílio do contratado.

Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

Caso se faça necessária à reapresentação de qualquer Nota Fiscal/Fatura por culpa do contratado, o prazo previsto no § 1º reiniciar-se-á a contar da data da respectiva reapresentação.

No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor mencionado no *caput* desta Cláusula, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA (Art. 55, inciso IV, da Lei nº 8.666/93) .**

O prazo de duração do Contrato é de **12 (doze) meses**, e começará a fluir a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogados por iguais e sucessivos períodos limitado a 60 (sessenta meses), conforme estabelece o Art. 57, inciso II da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

**CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO E ENTREGA:**



**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

5.1 Os serviços serão prestados nas condições estipuladas no Termo de Referência, seus anexos, bem como, supletivamente, na proposta de preços.

- Considerando a urgência que a demanda específica requer, informamos que o prazo de entrega deverá ser de 10 (dez) dias consecutivos, após a emissão da Ordem de Serviço, conforme programação de entrega, no HUSE, situada **na Av Tancredo Neves, 7501, bairro Capucho, Aracaju-SE.**
- O seu recebimento dar-se-á de acordo com o artigo 73, inciso I, alíneas "a" e "b" da Lei nº 8.666/93.
- O recebimento provisório ou definitivo do objeto do contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do contrato.

**CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 55, inciso V, da Lei n.º 8.666/93).**

6.1 As despesas com o pagamento do referido objeto correrão por conta da dotação orçamentária abaixo especificada:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROJETO OU ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO
20401	10.302.0006	2367	3.3.90.00	0102

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES (art. 55, inciso VII e XIII, da Lei nº 8.666/93).**

**7.1 A CONTRATANTE FICA OBRIGADA A:**

- a) Efetuar o agendamento do procedimento junto à empresa contratada;



**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

---

- b) Efetuar o pagamento das faturas nos termos e prazos descritos no contrato;
- c) Comunicar à Empresa Contratada sobre a demanda do serviço, informando os dados do paciente e informações quanto ao procedimento;
- d) Fiscalizar o contrato, fiscal este que será do setor demandante e responsável pelo atesto da nota com os documentos necessários;
- e) Promover por intermédio de seu Representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela.

**7.2 A CONTRATADA FICA OBRIGADA A:**

- a) Responsabilizar-se pela prestação dos serviços, pela manutenção dos equipamentos, bem como pela disponibilização de equipe de apoio e materiais/insumos que compõem as especificações técnicas deste termo;
- b) Responsabilizar-se pelo deslocamento do profissional para instalação e retirada dos aparelhos até a unidade do paciente (Hospital de Urgências Governador João Alves Filho - HUSE);
- c) Prestar um serviço de qualidade, garantindo o diagnóstico correto;
- d) Atender a demanda solicitada pela contratada devendo manter o quantitativo estabelecido no Termo de Referência;
- e) Preencher todos os formulários institucionais necessários e documentos do paciente para execução do serviço;
- f) Comunicar imediatamente a Contratante qualquer assunto relevante que tenha conhecimento na realização do serviço a ser contratado e a ele relativo;



**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

---

- g) Cumprir fielmente e em sua totalidade as cláusulas previstas neste Termo de Referência;
- h) Serão de responsabilidade da Contratada os danos causados a Contratante e a terceiros, em face da prestação dos serviços;
- i) A Contratada se responsabilizará por todos os atos de seus funcionários, eximindo a Contratante de qualquer obrigação a eles pertinente;
- j) Manter a cordialidade e a comunicabilidade direta com Gestores da SES, para buscar a melhoria destes serviços e garantir a satisfação dos usuários do Sistema Único de Saúde;
- k) Emitir Nota Fiscal/Fatura, imediatamente, após a realização do procedimento bem como todas as certidões negativas, e enviar mediante e-mail: ceahu@saude.se.gov.br após atesto e avaliação da execução do serviço;

**CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES E MULTAS (Art. 7º, da Lei nº 10.520/2002) .**

8.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à (ao) CONTRATADA (O) as seguintes sanções:

**I** - Advertência;

**II** - Multa, observados os seguintes limites máximos:

- a)** 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de obras não cumprido;
- b)** 10 % (dez por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida, com o conseqüente cancelamento da nota de empenho ou documento equivalente;



**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

---

**III** - impedimento de licitar e de contratar com o Estado de Sergipe pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

**IV** - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

§ 1º O valor da multa aplicada será descontado do valor da garantia prestada, retido dos pagamentos devidos pela Administração ou cobrado judicialmente, sendo corrigida monetariamente, de conformidade com a variação do IPCA, a partir do termo inicial, até a data do efetivo recolhimento.

§ 2º A contagem do período de atraso na execução dos ajustes será realizada a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

**CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO (art. 55, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93).**

9.1 Independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, constituem motivos para rescisão do Contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, da Lei nº 8.666/93.

§ 1º - O presente Contrato poderá ser rescindido, também, por conveniência administrativa, a Juízo do Contratante, sem que caiba à Contratada qualquer ação ou interpelação judicial.

§ 2º - Na ocorrência da rescisão prevista no "caput" desta cláusula, nenhum ônus recairá sobre o Contratante em virtude desta decisão, ressalvado o disposto no § 2º do artigo 79 da Lei nº. 8.666/93 e alterações.





**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

**CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS DO CONTRATANTE NO CASO DE RESCISÃO (Art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93).**

10.1 Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a Contratada reconhece, de logo, o direito do Contratante de adotar, no que couber, as medidas previstas no artigo 80, da Lei nº. 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E OS CASOS OMISSOS (art. 55, inciso XII, da Lei nº 8.666/93).**

11.1 O presente Contrato fundamenta-se:

**I** - Nos termos do **Pregão Eletrônico nº 254/2022** que, simultaneamente:

**a)** constam do **Processo de Compras nº 10043/2022**.

**b)** não contrarie o interesse público;

**II** - nas demais determinações da Lei 8.666/93, Lei nº 10.520/02, Decretos Estaduais nº 26.531/09 e nº 26.533/09.

**III** - nos preceitos do Direito Público;

**IV** - supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

Parágrafo único - Os casos omissos e quaisquer ajustes que se fizerem necessários, em decorrência deste Contrato, serão acordados entre as partes, lavrando-se, na ocasião, Termo Aditivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO.**

12.1 O Contratante publicará, no Diário Oficial do Estado, o extrato do presente Contrato no prazo de 20 (vinte) dias da data de sua assinatura, com indicação da modalidade de **licitação e de seu número de referência.**



**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES (Art. 65, Lei nº 8.666/93).**

13.1 Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 65, da Lei 8.666/93, devidamente comprovados.

§ 1º - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto, calculado sobre o valor inicial atualizado do contrato.

§ 2º - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO (Art. 67, Lei nº 8.666/93).**

14.1 Na forma do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, fica designado a servidora Gercina Karilane Vieira Santos, R.G. 34274170 SSP/SE, CPF 010.123.855-07, e a servidora Ana Flavia Custodio Guarabyra, RG 31172610 SSP/SE, CPF 014.145.535-79 devidamente credenciadas, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução e que de tudo dará ciência ao credenciante (art. 67 da Lei nº 8.666/93).

§ 1º - À fiscalização compete, entre outras atribuições, verificar a conformidade da execução do Contrato com as normas especificadas, se os procedimentos são adequados para garantir a qualidade desejada.

§ 2º - A ação da fiscalização não exonera a contratada de suas responsabilidades contratuais.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**



**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

---

15.1 As partes contratantes elegem o Foro da Capital do Estado de Sergipe como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE**

16.1 Por determinação da Lei Ordinária Estadual nº 8.866, de 07 de Julho de 2021, fica estabelecida a obrigatoriedade de instituição de "Programa de Integridade" às empresas que celebrem contrato, consórcio, convênio, concessão ou parceria público-privada com a Administração Pública Direta e Indireta, assim como com os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado de Sergipe, além do Ministério Público, Tribunal de Contas e Defensoria Pública Estaduais, com ou sem dispensa de processo licitatório, e com prazo de contrato igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias, cujos limites em valor global sejam iguais ou superiores a:

- I** - R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), para obras e serviços de engenharia e de gestão;
- II** - R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) para compras e serviços, bem como outros contratos administrativos em geral, não previstos neste artigo.

O Programa de Integridade consiste, no âmbito de uma pessoa jurídica, no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidade e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública do Estado de Sergipe.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

---

A implantação do Programa de Integridade tem por objetivo:

- I-** proteger a Administração Pública de atos lesivos que resultem prejuízos financeiros causados por irregularidades, desvios de éticas e de conduta e fraudes contratuais;
- II** - garantir a execução dos contratos em conformidade com a Lei e regularmente pertinentes a cada atividade contratada;
- III** - reduzir os riscos inerentes aos contratos, provendo maior segurança e transparência em sua consecução;
- IV** - Obter melhores desempenhos e garantir a qualidade nas relações contratuais.

O descumprimento da exigência prevista nesta Lei pode implicar em sanção de multa de até 10% (dez por cento) do valor atualizado do contrato, além de, sem prejuízo da multa aplicada, impossibilidade de aditamento contratual, rescisão unilateral do contrato e impossibilidade de licitar e contratar com a Administração Pública do Estado, pelo período de 02 (dois) anos ou até efetiva comprovação de implantação e aplicação do Programa de Integridade.

Subsiste a responsabilidade da pessoa jurídica na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária.

A sucessora se responsabilizará pelo cumprimento da exigência na forma desta Lei.

A empresa que possuir o Programa de Integridade implantado deve apresentar, no momento da contratação, declaração informando a sua existência, nos termos desta Lei.

A implantação do Programa de Integridade, no âmbito da pessoa jurídica, deve ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, a partir da data de celebração do contrato.





**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

---

**ANEXO I**

**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: SERVIÇO DE NEUROENDOSCOPIA INFANTIL**  
**(+ TORRE DE VÍDEO + SET DE PINÇAS ADEQUADAS)**

Neuroendoscopia é um procedimento realizado em centro cirúrgico pelo neurocirurgião, onde é utilizado o neuroendoscópio, durante o procedimento este é introduzido em uma pequena perfuração no crânio - trepanação, de maneira segura e minimamente invasiva até chegar aos ventrículos cerebrais, que são cavidades existentes no centro do cérebro, cheias de líquido. O neuroendoscópio possui iluminação própria e uma câmera acoplada que transmite a imagem por um sistema óptico em tempo real para um monitor instalado na sala de cirurgia, através do qual o neurocirurgião se guia para realizar o procedimento de forma precisa.

A utilização do neuroendoscópio é mais comum para o tratamento de hidrocefalias, sobretudo as obstrutivas e septadas. Nas hidrocefalias obstrutivas a cirurgia mais comumente realizada, a terceiroventriculostomia endoscópica, permite o tratamento efetivo da hidrocefalia sem a necessidade de colocação de válvulas de hidrocefalia (derivações ventriculares). O objetivo é criar uma passagem alternativa para a circulação do líquido que está obstruída em algum ponto. Também pode ser utilizado na remoção de cistos dentro dos ventrículos cerebrais e tratamento de cistos de aracnoide, assim como para realizar biópsia de vários tumores, ou ainda, retirá-los dependendo de seu tamanho e localização.

**1. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

Os serviços que deverão ser disponibilizados pela empresa contratada estão descritos abaixo:

ITEM	EXAME	QUANTIDADE ESTIMADA/ANO
01	NEUROENDOSCOPIA INFANTIL (COM TORRE DE VÍDEO E SET DE PINÇAS ADEQUADAS)	25

**2. LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

O prazo de entrega deverá ser de 10 (dez) dias consecutivos, após a emissão da Ordem de Serviço, conforme programação de entrega, no HUSE, situada na Av Tancredo Neves, 7501, bairro Capucho, Aracaju-SE.

Os serviços objeto deste Termo de Referência serão prestados nas dependências do Hospital Governador João Alves Filho - HUSE.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

---

**ANEXO II**

**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: MONITORIZAÇÃO NEUROFISIOLOGICA INTRAOPERATÓRIA**

A Monitorização Neurofisiológica Intraoperatória é um exame diagnóstico que tem como finalidade identificar lesões no sistema nervoso durante cirurgias ortopédicas, neurocirúrgicas, vasculares e otológicas, possibilitando muitas vezes a reversão da lesão e evitando possíveis sequelas.

O intuito da monitorização neurofisiológica intraoperatória é reduzir os riscos de danos ao sistema nervoso, auxiliando o cirurgião na manipulação de estruturas neurais.

A Monitorização Neurofisiológica Intraoperatória (MNIO) é um campo da Neurofisiologia Clínica em rápida expansão. O método utiliza técnicas já consagradas em neurofisiologia, aliada a novos procedimentos, com o objetivo

de fornecer maior proteção aos pacientes durante procedimentos cirúrgicos que envolvam risco às estruturas do sistema nervoso.

A MNIO ajuda a melhorar os desfechos cirúrgicos pela avaliação cuidadosa da função do tecido neuronal, incluindo as vias corticais e subcorticais (eloquentes e não eloquentes), tratos medulares e nervos periféricos. As técnicas neurofisiológicas empregadas permitem o mapeamento (identificação) e monitoramento das estruturas em risco.

**1. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

Os serviços que deverão ser disponibilizados pela empresa contratada estão descritos abaixo:

ITEM	EXAME	QUANTIDADE ESTIMADA/ANO
01	MONITORIZAÇÃO NEUROFISIOLOGICA INTRAOPERATÓRIA	25

**2. LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

O prazo de entrega deverá ser de 10 (dez) dias consecutivos, após a emissão da Ordem de Serviço, conforme programação de entrega, no HUSE, situada na Av Tancredo Neves, 7501, bairro Capucho, Aracaju-SE.



***ESTADO DE SERGIPE***  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

---

Os serviços objeto deste Termo de Referência serão prestados nas dependências do Hospital Governador João Alves Filho - HUSE.